

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA  
FACULDADE AMADEUS - FAMA  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**CAMILA LIMA DA SILVA**

**DEFICIÊNCIA AUDITIVA: processo de ensino e dificuldades de  
aprendizagem**

**Aracaju – SE  
2016**

**CAMILA LIMA DA SILVA**

**DEFICIÊNCIA AUDITIVA: processo de ensino e dificuldades de aprendizagem**

**Artigo científico apresentado à Faculdade Amadeus como trabalho de conclusão de curso e requisito básico para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia sob a orientação da professora Dr<sup>a</sup> Maria Aparecida Souza Couto.**

**Aracaju – SE  
2016**

# DEFICIÊNCIA AUDITIVA: PROCESSO DE ENSINO E DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Camila Lima da Silva<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo refere-se à criança com deficiência auditiva, tendo com objetivo analisar as dificuldades no processo de ensino e de aprendizagem, enfatizando as possibilidades de inclusão social dos indivíduos que possuem essa deficiência. A deficiência auditiva, também conhecida como surdez é a perda total ou parcial da audição. Esta pode ser congênita, causada por doenças desenvolvidas durante a gravidez, ou adquirida, causada por ingestão de remédios que lesam o nervo auditivo, exposição a sons extremamente fortes, predisposição genética e doenças. Dessa forma esse estudo contribuirá para que possamos entender a importância da inclusão dessas crianças, assim como entender que todas as atividades proporcionadas à criança devem ter por objetivo a aprendizagem ativa que possibilite à criança desenvolver suas habilidades. A pesquisa realizada foi bibliográfica para obtenção de uma base conceitual adequada.

**Palavras-chave:** Aprendizagem. Deficiência auditiva. Escola.

## ABSTRACT

This article refers to the child with disabled hearing, and to purpose to analyze the difficulties in the process of teaching and learning, emphasizing the possibilities of social inclusion of individuals who possess this deficiency. Hearing loss, also known as hearing is the total or partial loss of hearing. This can be congenital, caused by diseases developed during pregnancy, or acquired, caused by ingestion of drugs that damage the auditory nerve, exposure to extremely loud sounds, genetic predisposition and disease. Thus this study will help us to understand the importance of including these children, as well as understand that all the activities offered to children should aim active learning that allows the child to develop their skills. The bibliographic research was to obtain an adequate conceptual basis.

**Keywords:** Learning. Disabled Hearing. School.

<sup>1</sup>Graduanda do curso de Pedagogia, Faculdade Amadeus.

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo Tochetto e Gatto (2007), a deficiência auditiva é invisível até que seus efeitos traduzam-se no comprometimento da linguagem oral. Quando o período de otimização das estruturas neurológicas para essa função já foi concluído, a reabilitação é menos eficaz. Desta forma, a detecção precoce dessa deficiência é o aspecto fundamental na determinação do prognóstico terapêutico. Assim, a identificação e intervenção precoce da surdez possibilita ao deficiente auditivo alcançar desempenho comunicativo muito próximo ao das crianças ouvintes.

Diante disso, o interesse por essa temática emergiu ao perceber as dificuldades encontradas pelos deficientes auditivos, em especial na infância, para se inserirem no processo de aprendizagem no âmbito escolar. Com esta pesquisa busca-se entender o hiato existente no processo de escolarização, suas barreiras e as possibilidades de mecanismos facilitadores de uma prática inclusiva, possibilitando o deficiente auditivo desenvolver-se na sociedade. Surgindo o interesse em conhecer e compreender como estão sendo trabalhadas e desenvolvidas as atividades nas instituições voltadas para o atendimento exclusivo ao público portador de deficiência auditiva.

Levando em consideração a deficiência auditiva como algo que vem sendo visto e vivenciado pelos pedagogos no ambiente escolar, considera-se importante sua compreensão, pois através dela pode-se aprofundar os conhecimentos sobre a temática abordada, dando maior ênfase a como está sendo trabalhado com essas crianças portadoras de deficiência auditiva identificando suas maiores dificuldades. Diante do exposto, elenca-se como objetivo geral identificar as dificuldades e estratégias encontradas no processo de ensino e aprendizagem das crianças com deficiência auditiva, tendo como objetivos específicos: 1. Identificar as dificuldades encontradas por crianças com deficiência auditiva durante o processo de aprendizagem; 2. Compreender a importância da família no processo de aprendizagem das crianças com deficiência auditiva; 3. Demonstrar a relevância do tema deficiência auditiva para a Pedagogia.

A metodologia utilizada neste estudo foi à pesquisa bibliográfica, pois a mesma possibilita meios que auxiliam na definição e resolução dos problemas já

conhecidos, como também permite explorar novas áreas onde os mesmos ainda não se firmaram o suficiente. Permite também que um tema possa ser analisado sob novo enfoque ou abordagem, produzindo novas conclusões.

Segundo Marconi e Lakatos (1992), a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em artigos, livros e documentos eletrônicos nacionais, considerando-se a relevância e o valor informativo desses materiais para o assunto em estudo. Foram consultados livros científicos da área, sites oficiais de entidades vinculadas à deficiência auditiva. Buscando propiciar embasamento teórico e confiança na argumentação adequada à pesquisa realizada.

## **2. DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

A deficiência auditiva traz muitas limitações para o desenvolvimento do indivíduo, considerando que a audição é essencial para a aquisição da linguagem falada, sua deficiência influi no relacionamento da mãe com o filho e cria lacunas nos processos psicológicos de integração de experiências, afetando o equilíbrio e a capacidade normal de desenvolvimento da pessoa.

De acordo com Rinaldi (1997, p.13), denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. O autor afirma ainda que, existem dois tipos principais de problemas auditivos, a primeira afeta o ouvido externo ou médio e provoca dificuldades auditivas "condutivas" (também denominadas de "transmissão"), normalmente tratáveis e

curáveis. O outro tipo envolve o ouvido interno ou o nervo auditivo. Chama-se surdez neurosensorial. Segundo Rinaldi :

Um bebê que nasce surdo balbucia como um de audição normal, mas suas emissões começam a desaparecer à medida que não tem acesso à estimulação auditiva externa, fator de máxima importância para a aquisição da linguagem oral. Assim também, não adquire a fala como instrumento de comunicação, uma vez que, não percebendo, não se interessa por ela, e não tendo "feedback" auditivo, não possui modelo para dirigir suas emissões. Ou seja, a construção da linguagem oral no indivíduo com surdez é uma tarefa longa, envolvendo aquisições como: tomar conhecimento do mundo sonoro, aprender a utilizar todas as vias perceptivas que podem complementar a audição, perceber e conservar a necessidade de comunicação e de expressão, compreender a linguagem e aprender a expressar-se. (RINALDI, 1997, p.35)

A criança com deficiência auditiva, nos primeiros anos de vida não tem acesso a uma língua estruturada, seja ela oral ou gestual uma vez que convivem com pessoas falantes de uma língua predominantemente oral. Elas, entretanto, interagem com parceiros adultos ou crianças com quem convivem e desenvolvem porém, seu processo de aprendizagem tende a ser mais longo proveniente da sua condição.

Segundo Vargas (2011), não que essa criança seja incapaz, mas ela precisa precocemente ter acesso à sua língua, no caso a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Essa criança pode ainda ser acolhida por profissionais da área da saúde, da educação e seus pais possam compreender que seu (a) filho (a) pode ter uma vida normal como qualquer outra criança. Segundo ainda a mesma autora ela diz que: "o mundo do ouvinte é assim, e o mundo do surdo também deveria ser, para a família conseguir projetar sensorialmente um futuro para seu filho". (VARGAS, 2011, p.05)

## **2.1 PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

A educação é um processo de socialização de direito de todos os cidadãos, independentemente de sua origem, cultura, religião e condição socioeconômica. As crianças com deficiência auditiva como qualquer outra criança necessitam aprender a ler, escrever e desenvolver suas habilidades e aptidões. A

aprendizagem e desenvolvimento estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida da criança.

Segundo Vigotsky (1987), esse aprendizado se inicia muito antes da criança entrar na escola, pois, desde que nasce e durante seus primeiros anos de vida, encontra-se em interação com diferentes sujeitos – adultos e crianças – e situações, o que vai lhe permitindo atribuir significados a diferentes ações, diálogos e vivências.

Vigotsky, preocupou-se em realizar estudos analisando o surdo sem uma concepção histórico-cultural, analisando aspectos tipicamente humanos afirmando que tais aspectos são resultados das interações dialéticas do homem com o meio social. Proporcionando discussões relevantes acerca do tema e possibilitando outra visão sobre sua educação. Nos seus estudos ele trata sobre as questões da educação especial, relata que a educação e o desenvolvimento do sujeito surdo são as questões mais complexas da pedagogia especial, pois em sua grande maioria os surdos não desenvolvem a linguagem na sua forma oral.

Porém, sendo surdas, as crianças não recebem os estímulos auditivos e não conseguem aprender a língua oral, não compreendendo a língua falada ficando impedidas de desenvolver uma linguagem. Nas fases iniciais de escolarização elas tendem a demonstrar atraso na linguagem e na comunicação, acabando por não desenvolver-se como as crianças de sua idade.

A percepção do mundo pelo surdo é diferenciada da dos ouvintes, ocorre através de uma experiência visual, fazendo uso de uma linguagem específica para isso, a LIBRAS. Segundo Quadros e Schmiedt (2006), a língua de sinais é uma língua espacial visual, pois utiliza a visão para captar as mensagens e os movimentos, principalmente das mãos, para transmiti-la. Distinguem-se das línguas orais pela utilização do canal comunicativo, enquanto as línguas orais utilizam canal oral-auditivo, as línguas de sinais utilizam canal gestual-visual.

Para Vygotsky (1987), o tato e a audição para os cegos e a visão para os surdos são sentidos que desenvolvem-se naturalmente devido à necessidade de compensar sentidos inexistentes. Um cego ouve e sente melhor que uma pessoa vidente porque se vale destes sentidos para obter informações do mundo externo,

assim como o surdo utiliza a visão e vê, através da visão, o que outras pessoas que ouvem não veem.

Normalmente, a maioria das crianças com deficiência auditiva tem pais ouvintes que não sabem a Língua de Sinais, sendo assim, as crianças chegam à escola sem linguagem nenhuma. Chegam à escola sem saber nem a língua portuguesa nem a língua de sinais, não podendo ser alfabetizada como as outras crianças que não são surdas. A língua de sinais deve ser trabalhada com o indivíduo surdo desde a sua primeira infância, quanto mais cedo à criança aprender a língua de sinais maiores são suas possibilidades de desenvolvimento das capacidades linguísticas, aumentando suas possibilidades de aprender as outras disciplinas da escola.

As reações condicionadas de uma pessoa com deficiência são iguais às de uma pessoa sem deficiência, o que difere é apenas a fonte do estímulo e a forma pela qual o mundo se apresenta. Deste o ponto de vista psicológico e pedagógico, a conduta não se difere de uma pessoa sem deficiência. Os surdos são pessoas que vivem no mesmo ambiente físico com todas as capacidades de interagir com este meio, portanto o que difere é a forma da interação e assim se elimina o conceito do defeito e da não adaptação, o que é necessário é que se permita e que se proporcione condições para a interação

Além das dificuldades e limitações acima dissertadas, a escola é o outro fator que dever ser preparado e trabalhado, levando em consideração que no Brasil as escolas públicas e particulares ainda demonstram um grande despreparo para receber o aluno surdo, dificultando, por certo, a sua interação no espaço escolar.

De acordo com Quadros (1997), no Brasil as crianças surdas geralmente não têm acesso a uma educação especializada, e é comum encontrarmos surdos com muitos anos de vida escolar nas séries iniciais sem uma produção escrita compatível com a série. Além disso, há defasagens nas demais áreas previstas para as séries considerando o currículo escolar (em relação ao conteúdo escolar).

A escola comum também tem seu papel, devendo viabilizar a escolarização do aluno com deficiência auditiva em um turno e em outro turno deve ter o atendimento educacional especializado para esse aluno. Esse atendimento

especializado é elaborado e desenvolvido, em conjunto, por professores de matérias comuns, professores de libras e professores de língua portuguesa para surdos. Nele, são planejados e definidos conteúdo curricular e elaboração de plano de ensino. E no decorrer do atendimento educacional especializado, feito em LIBRAS, os alunos se interessam mais, criticam, fazem perguntas, analisam, fazem associações com suas experiências, constroem conhecimento (BRASIL, 2007).

A inclusão do aluno com deficiência auditiva nas escolas comuns amplia a compreensão de si mesmos e do mundo onde interagem, tornando-os cada vez, mas inseridos no processo de educação e na sociedade. Porém para que possa se concretizar, é necessário alguns componentes fundamentais à escola como respeito a adversidade, conhecimento, preparação e métodos para lidar com as limitações do aluno surdo.

De acordo com Frias (2010), a inclusão dos alunos Surdos na escola regular devem contemplar mudanças no sistema educacional e uma adaptação no currículo, com alterações nas formas de ensino, metodologias adequadas e avaliação que condiz com as necessidades do aluno Surdo; requer também elaboração de trabalhos que promovam à interação em grupos na sala de aula e espaço físico adequado a circulação de todos. A inclusão deve ocorrer, ainda que existam desafios, com garantia de oportunidades ao aluno Surdos iguais aos do aluno ouvinte. A presença do aluno Surdo em sala exige que o professor reconheça a necessidade da elaboração de novas estratégias e métodos de ensino que sejam adequados à forma de aprendizagem deste aluno Surdo, o aluno Surdo está na escola, então cabe aos professores criar condições para que este espaço promova transformações e avanços a fim de dar continuidade a um dos objetivos da escola, ser um espaço que promove a inclusão escolar.

Levando em consideração a escolarização de crianças com necessidades educacionais especiais, Góes (2004) pontuou de forma clara alguns aspectos da inclusão dessas crianças, focalizando duas preocupações: a primeira diz respeito ao risco de que a instituição tome a presença desses alunos como acessória, sem afetar o projeto da escola, o que se reflete na realização de pequenos ajustes ao aprendiz e na atribuição dessa responsabilidade quase exclusivamente ao professor. A segunda preocupação vincula-se à escassa atenção que a escola parece estar

dando a uma perspectiva mais ampla de formação pessoal do aluno especial, sobretudo àqueles enquadrados entre as deficiências.

Segundo Mantoan (2006), inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças, é estar com, é interagir com o outro, é a nossa capacidade de reconhecer o outro. E ainda, a educação inclusiva é uma educação que acolhe todas as pessoas, sem exceção, isto quer dizer que a inclusão é um direito de todos os que são discriminados seja pela deficiência, pela cor, ou pela classe social. Uma vez que a inclusão não admite nenhum tipo de discriminação, para ser inclusiva, a escola deve ter um bom projeto que valorize a cultura, a história e as experiências anteriores da turma com atividades selecionadas e planejadas para que todos aprendam de acordo com as suas condições e isso vale para estudantes com ou sem deficiência. A autora ressalta que a inclusão traz também benefícios para professores e alunos uma vez que garantir o direito de todos à educação, possibilitando a essas pessoas uma vida cidadã plena é a meta de todo professor. Mostra para professores e alunos que não se pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro valorizando o que ele é e o que ele pode ser. Portanto, inclusão é muito mais do que ter rampas e banheiros adaptados nas escolas.

Os métodos para o ensino de alunos com deficiência perpassam por diversas adaptações, como as curriculares que para a educação pessoa com deficiência auditiva constituem a forma mais adequada de atender suas necessidades educativas. Não se trata de elaborar um programa paralelo, mas de ajustar a programação regular adotada para os demais alunos, uma vez que a maioria dos deficientes auditivos pode beneficiar-se de um currículo regular. Outros métodos podem ser trabalhados como o Oralismo que de acordo com Goldfield (1997), visa a integração da criança com surdez na comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral (no caso do Brasil, o português).

De acordo Goldfield (1997), para se obter um bom resultado, é necessário:

- Envolvimento e dedicação das pessoas que convivem com a criança no trabalho de reabilitação todas as horas do dia e todos os dias do ano;
- Início da reabilitação o mais precocemente possível, ou seja, deve começar quando a criança nasce ou quando se descobre a deficiência;

- Não oferecer nenhum meio de comunicação que não seja a modalidade oral. O uso da língua de sinais tornará impossível o desenvolvimento de hábitos orais corretos;
- A educação oral começa no lar e, portanto, requer a participação ativa da família, especialmente da mãe;

Outro método que pode ser trabalhado é o da Comunicação Total, referenciado pelo professor de surdos, Roy Holcomb, definida como uma filosofia que requer a incorporação de modelos auditivos, manuais e orais para assegurar a comunicação eficaz entre as pessoas com surdez. Tem como principal preocupação os processos comunicativos entre surdos e surdos, e entre surdos e ouvintes.

Segundo Ciccone (1990), os profissionais (teóricos, professores, interpretes) que defendem a Comunicação Total concebem o surdo de forma diferente dos oralistas, ele não é visto só como alguém que tem uma patologia que precisa ser eliminada, mas sim como uma pessoa, e a surdez como uma marca que repercute nas relações sociais e no desenvolvimento afetivo e cognitivo dessa pessoa. Diferentemente do Oralismo<sup>2</sup>, a Comunicação Total acredita que o aprendizado da língua oral não assegura o pleno desenvolvimento da criança surda. A Comunicação Total valoriza a comunicação e a interação e não apenas a língua. Seu objetivo maior não se restringe ao aprendizado de uma língua. Outro aspecto a ser salientado é que esta filosofia respeita a família da criança com surdez. Acredita que cabe à família o papel de compartilhar valores e significados, formando, junto com a criança, através da possibilidade da comunicação, sua subjetividade.

Os defensores da filosofia da Comunicação Total recomendam então o uso simultâneo de diferentes códigos como: a Língua de Sinais, a datilologia, o português sinalizado, etc. Todos esses códigos manuais são usados obedecendo à estrutura gramatical da língua oral, não se respeitando a estrutura própria da Língua de Sinais. Nesse sentido a Comunicação Total acredita que esse bimodalismo pode atenuar o bloqueio de comunicação existente entre a criança com surdez e os ouvintes. Tenta evitar que as crianças sofram as consequências do isolamento.

2 - Oralismo é um método de ensino para surdos, no qual se defende que a maneira mais eficaz de ensinar o surdo é através da língua oral.

Ciccone (1990) tal abordagem compreende, então, que a criança seja exposta: ao alfabeto digital; a língua de sinais; a amplificação sonora; ao português sinalizado.

Os métodos apresentados fazem parte de um rol de possibilidades para o processo de aprendizagem das crianças deficientes auditivas, podendo ser avaliados para cada classe de crianças observando a que melhor convir para a realidade de cada escola.

No Brasil existem muitas leis voltadas para os portadores de deficiência, garantido uma educação de qualidade. Como exemplo pode-se citar a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que, em seu Art. 27, Parágrafo único considera que:

a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.( ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2015)

A constituição Federal do Brasil (1988) afirma que “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação”. Contudo, a existência da lei não garante o acesso das pessoas com deficiência a educação, seja pelo despreparo das instituições de ensino ou até mesmo pelo preconceito e falta de informação. No entanto, mesmo depois de decretadas, as leis são implantadas de modo lento e parcial, mas, para Moura (1993), a comunicação total é uma filosofia de trabalho com a criança surda que implica na utilização simultânea de sinais e fala. Para isso, as leis precisam ser mais completas, voltadas para as pessoas com deficiência auditiva quanto ao atendimento psicológico, oferecendo-lhes um atendimento com profissionais especializados em paralelo às leis atribuídas.

Além da Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, existem dois documentos que norteiam as ações a respeito do sujeito Surdo no Brasil. Moura (1993) destaca que a Lei nº 10.436/2002, é considerada um avanço na educação de surdos, tem sua importância ao reconhecer a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como a língua de sinais usada pela comunidade surda no Brasil. Outro documento é o

Decreto 5626/2005 que regulamenta Lei nº 10.436/2002. Segundo o Decreto 5626/2005, Cap. IV, Art. 15, a educação do aluno Surdo, deve ser feita em LIBRAS e a modalidade escrita [...] como segunda língua para alunos Surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental. No Art. 16 esclarece que, a Língua Portuguesa na forma oral, deve ser ofertada aos alunos Surdos, preferencialmente em turno distinto ao da escolarização, por meio de ações integradas entre as áreas da saúde e da educação, tendo a família ou o aluno o direito a opção por essa modalidade.

Nestes dispositivos de lei está amparada a educação bilíngue de surdos no Brasil. Novaes (2010), as escolas e classes de educação bilíngue, devem ser abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes de diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como a presença de tradutores e intérpretes de Libras e da Língua Portuguesa.

Segundo Moura (1993,p.25): Bilinguismo se refere no que diz respeito á criança surda, a uma filosofia que permite o acesso pela criança o mais precocemente possível das duas línguas: a língua de sinais e a língua oral. A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é uma forma de comunicação e expressão em que o sistema de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, como meio de comunicação e expressão de comunidades de surdos do Brasil.

A não aquisição de uma língua, desde os primeiros anos de vida, pode ocasionar sérias implicações no desenvolvimento de qualquer indivíduo, pois este domínio e uso fazem o sujeito expor-se como único, partícipe e ativo num ciclo ao qual está comunitariamente inserido, e particularmente posicionado. Neste sentido, Góes (1996, p.35), explica que a “deficiência não torna a criança um ser que tem possibilidades a menos; ela tem possibilidades diferentes”, uma vez que “a linguagem não depende da natureza do meio material que utiliza, mas o que é

importante o uso efetivo de signos, seja qual for a forma de realização, desde que possa assumir o papel correspondente ao da fala”.

Segundo Quadros e Schmiedt (2006,p.17), a Lei 10.436 de 2002 reconhece o estatuto linguístico da língua de sinais e, ao mesmo tempo assinala que esta não pode substituir o português. A recomendação atual do Ministério da Educação e da Secretária de Educação Especial MEC/SEESP é de que, em função da língua portuguesa ser, pela Constituição Federal, a língua oficial do Brasil, portanto língua cartorial em que se registram os compromissos, os bens, a identificação das pessoas e o próprio ensino, determina-se o uso dessa língua obrigatório nas relações sociais, culturais, econômicas (mercado nacional), jurídicas e nas instituições de ensino. Nessa perspectiva, o ensino de língua portuguesa, como segunda língua para surdos, baseia-se no fato de que esses são cidadãos brasileiros, têm o direito de utilizar e aprender esta língua oficial que é tão importante para o exercício de sua cidadania. O decreto Nº 5626 de 2005, assinala que a educação de surdos no Brasil deve ser bilíngue, garantindo o acesso à educação por meio da língua de sinais e o ensino da língua portuguesa escrita como segunda língua.

Sendo, a Língua Brasileira de Sinais considerada a primeira língua, para o deficiente auditivo, merece receber tratamento diferenciado e cuidadoso. Recuperar a produção literária da comunidade surda é um aspecto emergente para tornar eficaz o processo de alfabetização.

De acordo com Quadros e Schmiedt (2006,p.29), existem objetivos a serem trabalhados pelo professor que ensina a língua de sinais:

- Desenvolver o uso de estratégias específicas para resolução de problemas;
- Exercitar o uso de jogos de inferência;
- Trabalhar com associações;
- Desenvolver as habilidades de discriminação visual;
- Explorar a comunicação espontânea;
- Ampliar constantemente vocabulário;
- Oferecer constantemente literatura impressa na língua escrita e em sinais;
- Proporcionar atividades para envolver a criança no processo de alfabetização como autora do próprio processo.

O processo de inclusão necessita uma pedagogia voltada para alunos surdos, visando a elaboração de currículo, práticas, disciplinas e estratégias próprias para este público.

Sendo assim é importante pensar que pedagogia pode atender as necessidades dos alunos com deficiência auditiva que se encontram imersos no mundo visual e aprendem a partir dele a maior parte das informações para a construção de seu conhecimento. A aprendizagem do aluno deve ir além da apresentação dos conteúdos em libras, é preciso explicar os conteúdos de sala de aula, utilizando toda a potencialidade visual que essa língua tem. Kelman (2011) nos remete ao fato de que além da utilização da linguagem oral e da língua de sinais nos processos de ensino/aprendizagem, a utilização de recursos visuais variados pode contribuir significativamente para a aprendizagem de crianças surdas, salientando a necessidade de que esses recursos estejam inseridos nas estratégias pedagógicas direcionadas aos alunos.

Campello (2007) defende que se trata de uma semiótica imagética: este tipo de recurso de linguagem que é comum entre pessoas surdas e precisa ser compreendido e incorporado pelas práticas pedagógicas, com o objetivo de favorecer a aprendizagem de alunos surdos. É no campo da semiótica imagética que as questões visuais são mais exploradas, é nessa direção que as possibilidades de leitura de imagens poderiam ser bem mais exploradas pela escola, na busca da construção de sentidos, assim um elemento imagético poderia ser útil a apresentação de um tema ou conteúdo pelos professores, ou seja, um elemento que provocasse debate, que trouxesse à tona conceitos, opiniões.

A escola por sua vez, permanece presa aos moldes do texto didático como caminho para a apresentação de conceitos e este caminho tem se mostrado pouco produtivo quando se pensa em ter a presença de alunos em sala de aula de escolas comuns, se faz necessário o uso de outros mecanismos para favorecer a compreensão de uma série de elementos sociais criando condições para uma discussão ampla e para a aprendizagem.

Para o professor é de suma importância o aprofundamento em LIBRAS para poder auxiliar ao aluno surdo na compreensão dos conteúdos, contudo além de dominar a língua se não existir uma metodologia adequada para apoiar o que se

está explanando, o que se incide na necessidade de formação de futuros professores que saibam elaborar boas aulas, visualmente claras e que facilitem a atuação do intérprete e a compreensão do aluno com deficiência auditiva

O professor não é o único responsável por seus alunos em sala de aula, seu trabalho deve ser atrelado à presença do intérprete de LIBRAS no espaço escolar. Este profissional possibilita o acesso às informações e conteúdos ministrados pelo professor ao aluno surdo, traduzindo e interpretando da língua de sinais para a língua portuguesa e vice-versa, ou seja, sua atuação depende diretamente da parceria estabelecida com o professor, pois se o professor não assume práticas que favoreçam a sua atuação, conseqüentemente a compreensão do aluno surdo ficará comprometida.

A parceria entre o professor e o intérprete é fundamental neste processo ensino-aprendizagem sendo que o intérprete de LIBRAS tem a função de ser o canal comunicativo entre o aluno com deficiência auditiva, o professor, colegas e equipe escolar. Seu papel em sala de aula é servir como tradutor entre pessoas que compartilham línguas e culturas diferentes. Essa atividade exige estratégias mentais na arte de transferir o conteúdo das explicações, questionamentos e dúvidas, viabilizando a participação do aluno em todos os contextos da aula e fora dela, nos espaços escolares. Segundo Caetano (2013), o intérprete deve se conscientizar de que ele não é o professor, ele está trabalhando em conjunto e em situações pedagógicas não poderá resolver, limitando-se às funções comunicativas. Uma das formas de promover a parceria entre estes profissionais e desenvolver práticas que beneficiem o aprendizado do aluno surdo é envolver o intérprete no planejamento das atividades, este por sua vez precisa ter acesso aos conteúdos que serão ministrados para se preparar com antecedência e assim oferecer uma boa interpretação.

Ao elaborar o planejamento o professor deve levar sempre em consideração a realidade do aluno, sua cultura e suas reais necessidades a fim de obter aulas produtivas, prazerosas e significativas, não esquecendo que o intérprete deve ter acesso aos conteúdos que serão trabalhados em sala de aula com antecedência, para desta forma se preparar e assim oferecer uma boa interpretação.

Para a Pedagogia, estudar o processo de aprendizagem dos surdos e sua língua de sinais, é preocupar-se em oferecer uma educação de qualidade aos alunos, pois os professores encontraram diversas realidades em sala de aula, entre elas poderá ser a de ter a presença de alunos surdos, sendo necessário preparação e conhecimento para que o processo de ensino e de aprendizagem sejam valiosos e de fato significativos para todos. Neste sentido, firmar parceria com um intérprete será de suma importância, para auxiliar no decorrer das aulas, e acompanhado dos educadores para construir estratégias para trabalhar os conteúdos de forma a possibilitar os alunos a darem opiniões, construir conceitos, debaterem, questionarem, argumentarem.

Possibilitar o acesso dos professores ao universo da criança deficiente auditiva é de grande valia, pois desta forma podem conhecer um pouco mais sobre a Língua Brasileira de Sinais, e assim aprender e aprofundar os conhecimentos, que são intrínsecas a interação social com seus modelos adultos é que a criança surda poderá desenvolver a linguagem e o pensamento, assim possibilitando um desenvolvimento pleno.

A inclusão na prática educacional deve ser oferecida para alunos especiais do ensino regular, para que os mesmos sejam incluídos na sociedade; mas para que isto ocorra se faz necessário uma modificação em todo o sistema educacional, os professores precisam estar qualificados e as instituições equipadas para que as necessidades de cada um dos membros sejam atendidas. A classificação da educação escolar em regular, comum e especial, dos alunos como deficientes e não deficientes só irá contribuir para distorcer, segregar, desqualificar e discriminar os deficientes auditivos gerando assim um sentimento de inferioridade. É importante destacar que não existe uma metodologia adequada para que o professor adote de uma forma satisfatória em sala de aula frente ao educando com necessidades educativas especiais. O que existe é um esforço coletivo entre escola, família e sociedade para melhor trabalhar o processo de aprendizagem com as crianças surdas.

## **2.2 O PAPEL DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM**

A importância da família no desenvolvimento de uma criança é indiscutível, sendo que a mesma é o seu primeiro núcleo social. Aquilo que acontece no contexto familiar de uma criança tem um grande reflexo em seu desenvolvimento e em sua aprendizagem, ou seja, em seu sucesso escolar.

As relações que existem na família, o clima social e emocional, o acompanhamento do progresso das crianças e as expectativas em relação a elas são fatores de grande influência na sua evolução. No caso das crianças surdas, além destes, há um aspecto no ambiente familiar que tem uma relevância particularmente importante, que é o tipo de comunicação utilizado na casa das crianças deficientes auditivas. Se os pais são somente ouvintes ou também são surdos.

Guarinello (2004) caracteriza a família como o lugar ideal para se iniciar o atendimento de base para os surdos. Destaca a família como a primeira escola responsável pelas capacidades desenvolvidas das crianças. Salaria a importância de pais e mães preparados e conscientes de seu papel para obter o aproveitamento de todas as oportunidades geradas no lar.

O reconhecimento da importância da família para o processo educacional se explicita em vários artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/96), que estabelecem a incumbência das instituições de ensino e de seus docentes se articularem com as famílias, visando integrá-las à escola, e auxiliarem a fortalecer os vínculos familiares. Considerando a importância atual de desenvolver trabalhos junto aos pais em atendimentos educacionais e as dificuldades de comunicação as aulas vão ajudá-los nesse sentido buscando estabelecer caminhos de intervenções de apoio aos familiares, visando o desenvolvimento cognitivo do aluno com o objetivo de facilitar as interações comunicativas e sociais: família - criança surda – escola.

Segundo Santos (1999), A aproximação e parceria entre família e escola, na perspectiva da Declaração Mundial de Educação para Todos, é estabelecer uma relação de reciprocidade, onde a família participe mais diretamente no processo educacional de seus filhos, ajudando-os a aprender a aprender; e a

escola dividindo, com a família, o seu conhecimento sobre a criança, respeitando o desejo desta e ajudando-a a se informar e a se desenvolver, simultaneamente.

Mesmo diante destas recomendações, na prática não é bastante aplicada, principalmente nas escolas públicas comuns, desenvolver este contato é repleto de dificuldade quando se trata da família de alunos com deficiência auditiva em uma perspectiva bilíngue, o qual exige a contratação de instrutor surdo para ensinar a LIBRAS.

De acordo com Lacerda (2000), aqui no Brasil e em diversos outros países, a proposta bilíngue ainda se limita a poucos centros, pela dificuldade de se organizar grupos de surdos e de ouvintes com domínio de LIBRAS, pela resistência em se aceitar a Língua de Sinais como a primeira língua dos surdos e por não se compreender a necessidade de seu uso no trabalho junto a pessoas surdas. Apesar dessas dificuldades, nota a autora, os resultados de experiências bilíngues no atendimento educacional a surdos têm sido muito satisfatórios.

Por isso, a importância do relacionamento entre a escola e a família da criança surda ser pleno e contínuo, pois o mesmo é primordial para o desenvolvimento da criança tanto na escola com seu aprendizado como na própria convivência em sociedade.

### **2.2.1 INCLUSÃO DAS CRIANÇAS DEFICIENTES AUDITIVAS**

A educação inclusiva tem como objetivo fazer com que a escola atue possibilitando a integração de crianças que dela fazem parte, atingindo seus potenciais máximos, propiciando a ampliação do acesso dos alunos portadores de necessidades especiais às classes comuns, propiciando aos professores dessas classes um suporte, levando-os a estabelecer formas criativas de atuação junto a essas crianças estabelecendo novas formas de avaliação que atendam as necessidades destas, além do desenvolvimento profissional dos professores que atuam na escola inclusiva. Tem-se falado muito em inclusão, porém apesar das leis existentes, tem-se feito muito pouco esforço por parte das escolas de ensino comum públicas ou particulares para receber os alunos deficientes auditivos.

Cabe aos professores, educadores, escola e sociedade assumir seu compromisso social em relação aos alunos com necessidades especiais, não basta esse papel ser desempenhado somente a escola. Para Goffredo, “a partir do movimento de inclusão, o professor precisa ter capacidade de conviver com os diferentes, superando os preconceitos com relação às minorias. Tem que estar sempre preparado para adaptar-se às novas situações que surgirão no interior da sala de aula”. (Goffredo, 1999, p. 68).

Possibilitar as crianças deficientes auditivas, no mínimo, o direito ao acesso e permanência na escola e com certeza, antes de tudo o direito a uma educação. A inclusão destas crianças tem que deixar de ser uma coisa utópica e passar a ser real, ela tem que fazer sentido na vida não só dos alunos portadores de necessidades especiais, mas em todos os componentes da escola, possibilitando a ressignificação da educação inclusiva.

Portanto, o processo de aprendizagem da criança surda engloba diversos fatores e agentes, pois desde seu nascimento elas têm que lidar com uma gama de dificuldades proveniente de sua condição, mas que não podem ser barreiras que impossibilitem sua aprendizagem e desenvolvimento, afinal o deficiente auditivo não é incapaz e tanto deve como pode desenvolver-se na sociedade, por isso a busca cotidiana por métodos que facilitem sua forma de aprender possibilitará a ele oportunidades e uma vida digna diante das diversidades da vida, não tornando-o diferente das outras pessoas, mas dando condições de igualdade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo buscou conhecer o processo de aprendizagem das crianças deficientes auditivas, a importância da família neste desenvolvimento e a relevância de estudar o tema para a Pedagogia. Considera-se, a partir do referencial bibliográfico consultado, que a educação do deficiente auditivo, como elemento do processo inclusivo, é um fator essencial para que a sociedade, como um todo, perceba que o aluno com deficiência auditiva tem plena capacidade de desenvolver habilidades em todas as áreas de conhecimento. Basta que o surdo receba, desde sua primeira infância, o tratamento adequado à sua diversidade. Para isso, pode-se

contar com a LIBRAS e com outros métodos e programas já desenvolvidos com essa finalidade, o que permite transmitir os conteúdos do Ensino Fundamental, Médio e até mesmo o Superior. Outro ponto importante é o processo de preparação de docentes nesta direção, que infelizmente ainda é lento.

A aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva é viável, pois os mesmos possuem possibilidades para aprender como os alunos ouvintes, porém é necessário que haja a presença da intérprete e que os professores façam aulas com mais recursos visuais para facilitar a aprendizagem. Quanto mais o professor inserir o aprendiz na situação em que se enquadra a atividade proposta, quanto mais os contextos linguísticos e situações extralinguísticas, forem ao aprendiz apresentados melhor será o resultado.

Em relação à família, ela é de extrema importância no processo de aprendizagem dos alunos surdos, mas as famílias nem sempre estão preparadas para ajudar e quase todos são desprovidos do conhecimento de libras, dificultando o processo.

Já a escola em todos os sentidos deve contribuir com a transformação da sociedade, e nisso, está centrada a importância da inclusão educacional do aluno com surdez, pois vivenciar a experiência de conviver com as diferenças, no âmbito escolar irá habilitar todos os alunos para interagirem democraticamente e exercer seus direitos de cidadãos, fortalecendo-os para enfrentarem os desafios que, possivelmente, encontrarão em seu meio social, levando-os a participarem ativamente da vida em sociedade.

O foco tem que ser a educação da criança e não a sua deficiência, as pessoas com deficiência não podem ser excluídas, segregadas, elas devem ser inseridas na sociedade, havendo assim interação mútua com o meio.

A sociedade deve acreditar no potencial dos deficientes auditivos desde a infância, pois se bem estimulados precocemente podem levar uma vida normal, com as mesmas capacidades intelectuais de qualquer outra pessoa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. 40 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL, MEC. **Atendimento Educacional Especializado: pessoas com surdez**. Brasília: MEC/SEESP/SEED, 2007.

BRASIL, Presidência da República. LEI Nº 13.146, **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 2015.

CAETANO, Juliana F. **Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos**. In: LACERDA, Cristina B. F. de; SANTOS, Lara F. dos (orgs). *Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos*. São Carlos: EdUFSCar, 2013.

CAMPELLO, A.R.S. **Pedagogia Visual/Sinal na Educação dos Surdos** In : Quadros, R. M; Ronice. M; P, Gladis. (orgs). *Estudos Surdos II*. Petrópolis: Arara Azul. 2007.

CICCONI, M. **Comunicação Total**. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

FRIAS, E. M. A. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educativas especiais: contribuições ao professor do ensino regular**. Disponível em: [www.educaçãoinclusiva.com](http://www.educaçãoinclusiva.com) acesso em: 20/05/2016, às 16:30 .

GOFFREDO, Vera Lúcia Flôr Sénéchal. **Como formar professores para uma escola inclusiva?** In: BRASIL. Ministério da Educação. *Educação especial: tendências atuais*. Brasília: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SEED, 1999.

GÓES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. São Paulo: Autores Associados. 1996.

GÓES, M. C. R. **Desafios da inclusão de alunos especiais. A escolarização do aprendiz e sua constituição como pessoa**. In: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

GUARINELLO, A. C. **A influência da família no contexto dos filhos surdos**. J. Bras. Fonoaudiologia, Curitiba, v. 3, p. 28-33, 2004.

KELMAN, C. A. **Significação e aprendizagem do aluno surdo**. In MARTÍNEZ, A. M. & TACCA, M. C. V. R. (Orgs.). **Possibilidades de aprendizagem: ações pedagógicas para alunos com dificuldade e deficiência**. Campinas, SP: 2011.

LACERDA, C. (2000). **O intérprete de Língua de Sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes**. Trabalho submetido a apresentação na 23ª Reunião da ANPED, Caxambu, 2000.

MANTOAN, M. T. É. **Inclusão escolar**: caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas. In: Ensaio pedagógicos. III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação. Especial, 2006. p. 11 – 16.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4a ed. p.43 e 44.

MOURA, Maria C.A **Língua de sinais na educação da criança surda**. In: LODI, Ana C.; PEREIRA, Maria C.C. Língua de sinais e educação do surdo,1.São Paulo: TecArt,1993.

NOVAES, E. C. **Surdos**: educação, direito e cidadania. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

PEREIRA, Maria C.C. **Língua de sinais e educação do surdo**. São Paulo: TecArt,1993.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

RINALDI, Giuseppe et al (Org.). **Deficiência auditiva**. Brasília DF: SEESP, (Série Atualidades Pedagógicas: n.4. 1997.

SANTOS, M.P. **A inclusão e as relações entre a família e a escola**. Espaço, (11), 40-41. 1999.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**. Diagnóstico e alternativas. 3. ed.São Paulo: Contexto, 1999.

VARGAS, Rosane. **Sinalizar Conhecimento**. Revista Libras/Braille, ano 6, n.º27, 2011.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.